

### **Governo e PR colocam-se fora da lei Tribunal Constitucional confirma mas... permite**

Na continuidade da aprovação de várias medidas inconstitucionais, o Governo e a maioria da Assembleia da República aprovaram normas que consagravam o roubo dos 13.º e 14.º meses (subsídios de férias e de Natal), total ou parcialmente, aos trabalhadores da Administração Pública e a todos os reformados e aposentados com remunerações e pensões superiores a 600 euros.

Veio agora (e a data não é fruto do acaso, logo na semana a seguir ao roubo do subsídio de férias) o Tribunal Constitucional declarar a inconstitucionalidade de tais normas, mas permitindo que - mesmo sendo inconstitucionais e, assim, afrontarem a lei superior do país - se apliquem até ao final deste ano. Isto é, o TC pretende mostrar-se tecnicamente isento mas, em simultâneo, permitir a continuação da assumida inconstitucionalidade e dar uma mãozinha ao Governo, beneficiário deste roubo, e ao Presidente da República, que, embora fazendo piás declarações do tipo *“há limites ao sacrifício que se pode pedir às pessoas”*, se recusou a enviar aquelas normas para o TC. Claro que o Governo já veio aproveitar para, a partir de 2013, tentar alargar o roubo dos 13.º e 14.º meses a todos os trabalhadores - e não só aos da Administração Pública - o que claramente repudiamos.

A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública considera que são inconstitucionais todas as “ablações” (eufemismo do TC) que sejam efetuadas nas remunerações dos trabalhadores e reformados, quer trabalhem na Administração Pública, quer no setor privado.

A situação criada, que tenta ludibriar os trabalhadores, coloca o Governo e o PR (além do TC) fora da lei. Pode duvidar-se da legitimidade do exercício do poder por parte destes órgãos de soberania.

Os trabalhadores da Administração Pública e os reformados e aposentados não se deixarão enganar e vão continuar e aprofundar a luta:

- . Para que não se concretize o roubo do subsídio de Natal de 2012;
- . Pela reposição dos direitos retirados e do valor do roubo já efetuado nos salários e pensões;
- . Pela manutenção da atualização anual das suas remunerações.

Assim, a Frente Comum de Sindicatos e os trabalhadores da Administração Pública continuarão a desenvolver esforços, também com os trabalhadores do setor privado, para que não mais seja possível em Portugal roubar nos salários e pensões para entregar milhões e milhões de euros à banca e permitir que a fortuna dos mais ricos continue a aumentar e a beneficiar da crise do sistema - por exemplo, os 25 portugueses mais ricos aumentaram a sua fortuna 17,8% em 2011, relativamente ao ano anterior, ultrapassando os 10% do PIB.

A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública continuará a sua ação de luta e manifesta a sua disponibilidade para a articulação das lutas com os trabalhadores do setor privado e a CGTP-IN.

**FCSAP**